



PREFEITURA MUNICIPAL DE ERNESTINA

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ERNESTINA
Administração

Publicado em 16/12/25

Jonas Schmitt Bueno

Agente Administrativo II

Matrícula 2140

LEI Nº 3.079/2025, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2025.

ORÇA A RECEITA E FIXA A
DESPESA DO MUNICÍPIO PARA O
EXERCÍCIO DE 2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ERNESTINA, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas legais atribuições e de conformidade com o disposto no Art. 98 da Lei Orgânica Municipal, faz saber que o Legislativo aprovou e ele promulga e sanciona a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei estima a Receita e fixa a Despesa do Município para o exercício financeiro de 2026, compreendendo:

I - O Orçamento Fiscal, referente aos Poderes do Município, seus fundos, órgãos e entidades da Administração Pública Municipal Direta e Indireta, inclusive Fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;

CAPÍTULO II

DO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Seção I

Da Estimativa da Receita

Câmara Municipal de
Vereadores de Ernestina

Publicado em 16/12/25

Monia Elidia H. Dapper

Monia Elidia H. Dapper
Diretora Geral

Art. 2º A Receita Orçamentária é estimada, no mesmo valor da Despesa, em R\$ 41.370.000,00 (quarenta e um milhões, trezentos e setenta mil reais).

Art. 3º A estimativa da receita por Categoria Econômica, segundo a origem dos recursos, será realizada com base no produto do que for arrecadado, na forma da legislação vigente.

Seção II

Da Fixação da Despesa

Art. 4º A Despesa Orçamentária, no mesmo valor da Receita Orçamentária, é fixada em R\$ 41.370.000,00 (quarenta e um milhões, trezentos e setenta mil reais) sendo:

I - No Orçamento Fiscal, em R\$ 33.400.000,00 (trinta e três milhões e quatrocentos mil reais).

II - No Orçamento da Seguridade Social, em R\$ 7.970.000,00 (sete milhões e novecentos e setenta mil reais).



PREFEITURA MUNICIPAL DE ERNESTINA

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Art. 5º A despesa total fixada apresenta o desdobramento constante nos anexos da presente Lei.

DESCRIÇÃO DO ORGÃO	FISCAL	SEGURIDADE	TOTAL
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	1.300.000,00	0,00	1.300.000,00
GABINETE DO PREFEITO	1.181.880,00	0,00	1.181.880,00
SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO	2.930.500,00	0,00	2.930.500,00
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA	2.738.300,00	0,00	2.738.300,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E VIAÇÃO	1.533.600,00	0,00	1.533.600,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E TURISMO	9.971.200,00	0,00	9.971.200,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	8.425.820,00	0,00	8.425.820,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS	2.192.200,00	0,00	2.192.200,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA	1.224.000,00	0,00	1.224.000,00
RPPS	0,00	875.000,00	875.000,00
CAIXA DE ASSISTÊNCIA PENSÕES SERVIDORES MUNICIPAIS – CAPESE	0,00	1.430.000,00	1.430.000,00
FUNDO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES – FAP	0,00	5.665.000,00	5.665.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.477.500,00	0,00	1.477.500,00
RESERVA DE CONTINGENCIA	425.000,00	0,00	425.000,00
TOTAL GERAL	33.400.000,00	7.970.000,00	41.370.000,00

DESCRIÇÃO DA FUNÇÃO	FISCAL/SEGURIDADE	TOTAL
LEGISLATIVA	1.300.000,00	1.300.000,00
SAÚDE	9.068.820,00	9.068.820,00
EDUCAÇÃO	9.404.000,00	9.404.000,00
CULTURA	160.500,00	160.500,00
DIREITOS DE CIDADANIA	15.000,00	15.000,00
URBANISMO	120.700,00	120.700,00
HABITAÇÃO	20.000,00	20.000,00
SANEAMENTO	511.500,00	511.500,00
GESTÃO AMBIENTAL	130.000,00	130.000,00



JUDICIÁRIA	292.000,00	292.000,00
AGRICULTURA	1.079.000,00	1.079.000,00
ENERGIA	66.000,00	66.000,00
TRANSPORTE	1.931.100,00	1.931.100,00
DESPORTO E LAZER	179.700,00	179.700,00
ENCARGOS ESPECIAIS	2.217.100,00	2.217.100,00
ADMINISTRAÇÃO	7.196.460,00	7.196.460,00
SEGURANÇA PÚBLICA	63.120,00	63.120,00
ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.525.000,00	1.525.000,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	5.665.000,00	5.665.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	425.00,00	425.00,00
TOTAL GERAL	41.370.000,00	41.370.000,00

Art. 6º Integram esta Lei os anexos contendo os quadros orçamentários e demonstrativos das Receitas e Despesas, os quais estão citados no artigo 14 desta lei.

Seção III

Da Autorização para Abertura de Créditos Suplementares

Art. 7º Ficam autorizados:

I – Ao Poder Executivo, mediante Decreto, a abertura de Créditos Suplementares até o limite de 25 % da sua despesa total fixada, compreendendo as operações intra-orçamentárias, com a finalidade de suprir insuficiências de dotações orçamentárias, mediante a utilização de recursos provenientes de:

- anulação parcial ou total de suas dotações, inclusive a Reserva de Contingência;
- incorporação de superávit financeiro do exercício anterior, obedecidas as respectivas fontes/destinações de recursos;
- excesso de arrecadação, a ser apurado nos termos do art. 43, § 3º, da Lei Federal nº 4.320/1964, obedecidas as respectivas fontes/destinações de recursos.

II – Ao Poder Legislativo, mediante Resolução da Mesa Diretora da Câmara, a abertura de Créditos Suplementares até o limite de 25% de sua despesa total fixada, compreendendo as operações intra-orçamentárias da Câmara, com a finalidade de suprir insuficiências de suas dotações orçamentárias, desde que sejam indicados, como recursos, a anulação parcial ou total de dotações do próprio Poder Legislativo.

III – Poderão ser utilizadas, para efeitos de créditos adicionais, reduções de valores atribuídos a créditos orçamentários de diferentes unidades da Administração Direta e Indireta, sendo que os créditos que envolvam o Poder Legislativo deverão possuir autorização expressa daquele Poder.



Parágrafo único. As autorizações de que tratam os incisos I e II do caput abrangem também as suplementações de programações que forem incluídas na Lei Orçamentária através de créditos especiais.

Art. 8º Além dos créditos suplementares autorizados no inciso I do artigo 7º, e sem prejuízo do limite nele estabelecido, fica o Poder Executivo também autorizado a abrir créditos suplementares destinados ao reforço de:

I — De dotações do Grupo de Natureza da Despesa 1 — Pessoal e Encargos Sociais;

II — Dotações de despesas classificáveis nos elementos 21 – Juros Sobre a Dívida por Contratos, 22 – Outros Encargos Sobre a Dívida por Contrato, 71 – Principal da Dívida Contratual Resgatado e 91 – Sentenças Judiciais;

III — dotações de despesas suportadas com recursos provenientes de operações de crédito, alienação de bens móveis e imóveis e transferências voluntárias da União e do Estado;

IV – Despesas vinculadas as áreas de Educação e Saúde.

V – Incorporar superávits financeiros, apurados no balanço patrimonial do exercício de 2025 e excesso de arrecadação de receitas, nos termos do art. 43, § 1º, incisos I e II, 2º, 3º e 4º, da Lei nº 4.320/64 no exercício de 2026.

Art. 9º Não serão computados no limite referido no Artigo 7º, os créditos adicionais suplementares que não alterem o valor da dotação atribuída a cada programa, projeto, atividade ou operação especial.

CAPÍTULO III

DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 10º A utilização das dotações com origem de recursos provenientes de transferências voluntárias, operações de crédito e alienação de bens fica limitada aos efetivos recursos assegurados.

Art. 11º Obedecidas as disposições da Lei de Diretrizes Orçamentárias, as transferências financeiras destinadas à Câmara Municipal serão disponibilizadas até o dia 20 de cada mês.

Art. 12º O Prefeito Municipal, nos termos do que dispuser a Lei de Diretrizes Orçamentárias, poderá adotar mecanismos para utilização das dotações, de forma a compatibilizar as despesas à efetiva realização das receitas.

Art. 13º Ficam atualizados, com base nos valores desta Lei, o montante previsto para as receitas, despesas, resultado primário e resultado nominal previstos na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2026.

Parágrafo único. Para efeito de avaliação do cumprimento das metas fiscais na audiência pública prevista no art. 9º, § 4º, da LC nº 101/2000, as receitas e despesas realizadas, bem como o resultado primário e nominal, apurados pela metodologia abaixo da linha, serão comparados com as metas ajustadas nos termos do caput deste artigo.

Art. 14º Integram esta Lei, Planilhas e os Anexos de que trata a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, que são os seguintes:

Anexos:



PREFEITURA MUNICIPAL DE ERNESTINA

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

- Anexo 1) Demonstração da Receita e Despesa Segundo a Categoria Econômica;
- Anexo 2) Natureza da Despesa;
- Anexo 6) Programa de Trabalho;
- Anexo 7) Programa de Trabalho de Governo;
- Anexo 8) Demonstrativo de Funções e Vínculo com o Recurso;
- Anexo 9) Despesas por Órgão e Funções.
- Anexo 10) Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado;
- Anexo 11) Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;
- Anexo 12) Demonstrativo da Evolução da Receita por Fontes;
- Anexo 13) Demonstrativo da Compatibilidade do Orçamento com as Metas Fiscais;
- Anexo 14) Demonstrativo de Gastos com Pessoal e Encargos Sociais em Relação à Receita Corrente Líquida Prevista;

Quadros:

- I Quadro 1) Sumário da Receita por Fontes e Despesas por Funções;
- II Quadro 2) Receita e Despesa Segundo as Categorias Econômicas;
- III Quadro 8) Demonstração das Dotações por Órgãos do Governo e da Administração.


Art. 15º O poder executivo poderá efetuar alterações nos códigos e descrições das funções, subfunções, naturezas de receitas e despesas orçamentárias e fontes de recursos, visando adequá-los às alterações que venham a ser definidas pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) ou pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE-RS).

Art. 16º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ERNESTINA, em 16 de dezembro de 2025.


ODIR JOÃO BOEHM
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se:


ELISETE DE OLIVEIRA FERREIRA
Secretária Municipal da Administração